****ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 2º BIÊNIO****

Ao vinte e seis do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, às 10:00 horas, em uma videoconferência por meio da ferramenta “*Teams*”, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: sra. Mariana Brito, representante titular de SGM; a sra. Amanda Souza, representante suplente de SGM; a sra. Maria Paula de Albuquerque, representante titular do Centro de Recuperação e Educação Infantil (CREN); a sra. Maria Rosa Lopes Pereira, representante titular da Fundação Comunidade da Graça; a sra. Isabela Grilo Pessoni, representante titular de SMDHC; o sr. José Roberto de Campos Lima, representante titular de SME; a sra. Matilde Aparecida da Silva Franco Campanha, representante suplente de SME; a sra. Juliana André Nunes, representante suplente de SMS; o sr. Rafael Martins Fialho, representante titular de SMIT, também a sra. Beatriz Luciano Pires, do CMDCA; a sra. Débora Gambetta Paim, de SGM; a sra. Heloísa Salles Camargo, de SGM, a sra. Laryssa Kruger da Costa, do gabinete da vereadora Janaína Lima; a sra. Shirley da Silva Santos, de SME; a sra. Keyla Daniane Castilho Braz, de SMADS.

A sra. Mariana (SGM) abre a reunião retomando o tema da última reunião, que teve espaço no primeiro dia do mês de dezembro de 2022, relativo ao calendário do Balanço do PMPI referente ao ano de 2022 e sobre o início da coleta de dados. Apresenta, então, a pauta única da reunião: a validação do Termo de Referência para contratação de instituição especializada para realização de avaliação de resultados quadrienais do PMPI. A sra. Mariana pergunta aos presentes se há informes ou novas pautas a serem sugeridas e, na ausência desses, passa a palavra para a sra. Débora (SGM).

A sra. Débora compartilha sua tela com uma apresentação sobre o Termo de Referência, relatando seus principais aspectos, objetivos e o processo de realização da minuta, salientando que sua elaboração se deu a partir das discussões realizadas sobre os sistemas de monitoramento e avaliação, no âmbito da Comissão de Avaliação e do GT de Metodologia da Comissão de Avaliação. Na exposição do Termo de Referência, a sra. Débora (SGM) expõe que a minuta foi feita com base em uma teoria da mudança desenvolvida no ano anterior, com foco no desenvolvimento de abordagens e metodologias dos impactos e resultados do PMPI, tendo em mente a complexidade da avaliação das 135 estratégias distintas do PMPI.

Assim, são demonstrados os objetivos específicos da Avaliação, como trazidos no Termo de Referência, quais sejam: (1) entender em que medida as iniciativas, programas e projetos implementados pela PMSP, poder legislativo municipal e sociedade civil contribuíram para garantir a integração intersetorial para a primeira infância no município de São Paulo entre 2018 e 2022; (2) Entender em que medida as iniciativas, programas e projetos implementados pela PMSP, poder legislativo municipal e sociedade civil contribuíram para garantir o acesso de gestantes e crianças na primeira infância a serviços públicos de melhor qualidade e espaços mais acolhedores no município de São Paulo entre 2018 e 2022; (3) entender em que medida as iniciativas, programas e projetos implementados pela PMSP, poder legislativo municipal e sociedade civil contribuíram para assegurar os direitos de gestantes e crianças na primeira infância no município de São Paulo entre 2018 e 2022; (4) entender em que medida os resultados da implementação do PMPI foram capazes de contribuir para que crianças nos distritos prioritários para a primeira infância tivessem mais oportunidades de desenvolvimento no período entre 2018 e 2022.

A sra. Débora (SGM) chama atenção para o 4° objetivo específico, que traz consigo o recorte dos distritos prioritários. Ela ressalta que se trata de um recorte necessário em razão da prioridade na execução do plano. É explicado que o Termo de Referência foi elaborado buscando não estabelecer uma única forma de realizar avaliação, estando em aberto para discussão, ainda, a questão relativa ao alavancamento de recursos para a avaliação. A sra. Débora demonstra no Termo de Referência, a incorporação de elementos considerados imprescindíveis na metodologia da avaliação quadrienal do PMPI, a partir de discussões realizadas em 2022, no âmbito da Comissão de Avaliação, sendo eles: (1) a escuta das crianças e famílias; (2) a escuta de membros dos Comitês Gestores Regionais; (3) a territorialização dos achados; (4) a redução de desigualdades, evidenciando as questões raciais; (5) o enfrentamento aos impactos negativos da pandemia de COVID-19; e (6) *Nurturing Care Framework* (avaliação que deve considerar 5 componentes: i) Nutrição adequada; ii) Cuidado responsivo; iii) Segurança; iv) Oportunidades para educação nos primeiros anos; e v) Boa saúde.).

Frente aos objetivos específicos, a sra. Maria Paula (CREN) se manifesta concordando com o recorte metodológico para os 15 distritos prioritários e com a escuta das crianças e Comitês Gestores Regionais.

A sra. Débora (SGM) segue com os informes de coleta do Balanço do Poder Executivo relativos ao ano de 2022 e reforça importância de articulação com a sociedade civil para o Balanço. A sra. Mariana (SGM) considera bom o objetivo de aproximar a Comissão de Avaliação de outras organizações da sociedade civil e coloca a SGM à disposição para se encontrar com esses grupos, reforçando a importância de pensar o tom da conversa. Em seguida, relembra que a Comissão Avaliativa criou método em que cada setor participante elabora relatório com perspectivas mais específicas sobre seu segmento e que este ano, como em 2022, deverão se reunir para fazer análise conjunta, de modo que é importante que cada setor compartilhe, com antecedência, como fará o relatório.

A sra. Mariana (SGM) conta que no Poder Executivo foi tomada a decisão de antecipação da coleta de dados relativa ao ano de 2022, ainda que o prazo de finalização do relatório se mantenha e a sua publicação ocorra na Semana Municipal da Primeira Infância, como previamente estabelecido, na primeira semana de agosto, de modo que a consolidação dos diversos relatórios será realizada no mesmo momento que nos anos anteriores. A sra. Mariana (SGM) justifica a decisão a partir da observação de que a forma anterior de coleta de dados ocorria com distanciamento muito grande do espaço temporal alvo da coleta, que tendia a turvar o processo com as perspectivas do ano em que era feita a coleta. Dessa forma, esclarece que a antecipação da coleta de dados no Poder Executivo objetiva maior proximidade com o momento em que os dados são coletados. A sra. Mariana (SGM) convida a sra. Maria Paula (CREN) para falar sobre aproximação da Comissão de Avaliação com a sociedade civil.

Com a palavra, a sra. Maria Paula (CREN) parabeniza o Termo de Referência, comentando que os seis eixos fundantes do Projeto e as discussões da metodologia se encontram muito presentes nele, de forma que, como participante do GT Metodologia e do CREN, ela afirma se considerar bastante contemplada na minuta. Quanto à contratação, a sra. Maria Paula (CREN) revela que gostaria que a metodologia e a entrega para sociedade civil fossem mais abertas para outros elementos da sociedade civil, sugerindo que no cronograma houvesse consideração de discussão junto à sociedade civil, em um momento como uma reunião extraordinária. Propõe que esse seja um momento de discussão e aprofundamento dos resultados, respeitando o sigilo envolvido, mas com convidados que, a título de exemplo, poderiam ser integrantes dos grupos que a Comissão de Avaliação já possui e que poderiam contribuir para as discussões.

A sra. Maria Paula (CREN) afirma que a sociedade civil também experiencia a problemática de atraso de coleta de dados relatada pela sra. Mariana (SGM) e reforça que trazer relatos sobre o modo de elaboração da metodologia é importante, de forma a mostrar como serão realizadas as escutas dos Comitês Gestores Regionais, das crianças e de suas famílias, por exemplo.

A sra. Mariana (SGM) detalha que a condução do processo junto à instituição contratada, envolvendo a construção da metodologia, os produtos e os elementos da contratação, serão apresentados, deliberados validados na instância da Comissão de Avaliação. Assim, a ideação do plano de trabalho da instituição contratada será validada junto à Comissão de Avaliação, que orientará a instituição quanto a tudo que imaginam que deva estar contemplado nesse processo, para além das diretrizes, inclusive quanto à forma em que será estabelecido o diálogo com a instituição contratada. Afirma que pode ser pensado se e como serão evidenciadas outras entidades com as quais a instituição contratada possa ter diálogo nesse processo, mas que, já no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação estará evidenciada como a principal interlocução da instituição contratada, no planejamento de todas as etapas e na entrega e validação de todos os produtos.

Frente a isso, a sra. Mariana (SGM) antecipa que, no prosseguimento da contratação e início de processo de avaliação, as reuniões ordinárias da Comissão de Avaliação provavelmente não serão suficientes para tanto, avaliando que deverá haver um compromisso e engajamento de seus integrantes de se reuniram fora de seu âmbito e reforçando a importância da avaliação quadrienal como produto de grande importância da Comissão de Avaliação. Quanto à atuação na contratação, a sra. Maria Paula (CREN) pergunta se o GT Metodologia seria local de interlocução da Comissão de Avaliação com a instituição contratada e se permaneceria em suas atividades estabelecidas, ao que a sra. Débora (SGM) responde que, em instância formal, seria a Comissão de Avaliação, em sua integridade, responsável por validação dos produtos, enquanto permanece a ideia do GT Metodologia continuar suas atividades relativas ao monitoramento e indicadores das metas do PMPI, à incorporação das discussões realizadas no segundo semestre de 2022 e à discussão de parâmetros a serem estabelecidos. Nesse sentido, sugere que essas atividades do GT Metodologia sejam retomadas entre as duas coletas do Balanço do Poder Executivo – que ocorrem em fevereiro e abril e em maio e junho –, com o intuito de não coincidir com elas e, consequentemente, não sobrecarregar os participantes.

A sra. Mariana (SGM) complementa que, em paralelo, a SGM busque avançar na contratação de instituição para avaliação, com o objetivo de já ter produção do relatório e dos GTs bem encaminhada ao momento em que tenha havido a contratação, de modo a poder, então, concentrar esforços na avaliação. Considera haver duas opções à Comissão de Avaliação: (1) manter na estrutura do GT Metodologia o acompanhamento da avaliação do PMPI, sendo ele o grupo de maior constância junto à instituição contratada; ou (2) manter o GT Metodologia em suas outras atividades e aumentar os encontros e fortalecer o espaço da Comissão como local para atuação junto à instituição contratada. A sra. Mariana (SGM) aprecia que o GT Metodologia parece ter uma estrutura adequada para atuar mais próximo à instituição contratada, mas teme haver menor engajamento se optarem pela primeira opção. Considera que a Comissão de Avaliação pode garantir maior representatividade à participação, algo que a sra. Maria Paula (CREN) concorda ser de grande importância. A sra. Mariana (SGM) reforça que a instituição contratada precisa ser muito bem orientada pela Comissão de Avaliação para garantir resultados esperados pelo grupo e coloca a importância de avançar com a contratação no primeiro semestre para avançar com a avaliação no segundo semestre.

Em seguida, a sra. Maria Paula (CREN) ressalta a dificuldade da sociedade civil em potencializar o diagnóstico da rede que o PMPI possui no município, no âmbito do Balanço -- algo que ocorre mesmo, segundo ela, na instância da Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI). Assim, há uma dificuldade, não restrita à cidade de São Paulo, de mapeamento dos atores da sociedade civil na Primeira Infância. A sra. Maria Paula (CREN) ressalta a importância de um diagnóstico da rede e de avançar com o trabalho coletivo, principalmente considerando o número inferior de participantes nos questionários da rede, quando comparado a 2020, reforçando a necessidade de introduzir dados na rede e de pensar em outras estratégias para além das elaboradas em 2022, e junto ao representante da CMDCA. Passa, então, a palavra para a sra. Maria Rosa (Fundação Comunidade da Graça), que compartilha com a sra. Maria Paula (CREN) uma frustração na coleta de dados, frente a poucas respostas aos questionários, tendo sido uma preocupação principalmente após a pandemia, momento em que muitas instituições fecharam. A sra. Mariana concorda que esse é um ponto a ser trabalhado, reforça a Comissão de Avaliação como local de apoio e fortalecimento dos segmentos presentes.

A sra. Beatriz (CMDCA) considera que CMDCA foi bastante contemplado pela discussão e revela que CMDCA também havia tentado realizar contratação para diagnóstico do uso de recursos do FUMCAD, para o qual nenhuma empresa se inscreveu. Faz informe que o CMDCA apresenta questão da primeira infância nos editais mais voltada para a parte de atendimentos. A sra. Mariana (SGM) prossegue reforçando a importância da Comissão de Avaliação como espaço de trocas e diálogos com antecedência entre os segmentos participantes, para além do produto dos Balanços. Sugere, então, a criação de grupo do *WhatsApp* ou outra forma de centralização de informações, como circulação por e-mail para além das reuniões organizadas pela Comissão, e pergunta à sra. Beatriz (CMDCA) se o CMDCA se encontra em fase de construção do edital da FUMCAD. A sra. Beatriz (CMDCA) responde confirmando e relatando que a CPPP já fez minuta para edital de 2023, a ser debatida e aprovada no dia trinta de janeiro de dois mil e vinte e três, segunda-feira, e que possui plano de ter eixo da Primeira Infância, que foi sugestão da SGM e da sociedade civil. Sugere consulta ao cronograma do edital no site do CMDCA, aonde estará disponível, também, a minuta quando aprovada. A sra. Mariana sugere, por sua vez, que os participantes fiquem atentos ao site, quando surgir a minuta, para compartilhamento do edital.

A sra. Mariana (SGM) relata que ação a ser realizada pelo Poder Executivo durante o Carnaval voltada a prevenção de situações de risco para crianças e adolescentes, como trabalho infantil, violência e exploração sexual. Ressalta que, ainda que não seja ação exclusivamente voltada a Primeira Infância, será relacionada também a esse público, sendo produto de articulação entre secretarias, como Comissão Técnica, com outras comissões, como a Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual e a Comissão de Prevenção ao Trabalho Infantil. Informa, então, que continuarão trabalhando no planejamento dessas ações e que continuarão dialogando sobre isso. Também traz o informe de criação do perfil de *Instagram* da Primeira Infância, afirmando a importância de os participantes seguirem a conta e circularem os conteúdos, que apresenta sensibilização e informações quanto ao PMPI.

Passada a fala, a sra. Laryssa (gabinete da vereadora Janaína Lima) parabeniza o grupo pelos trabalhos. Diz que as propostas de avaliação do PMPI são sofisticadas e representam um grande avanço para o Município na medição de resultados, para além de indicadores do processo. Conta que o Legislativo buscará construir metodologia mais completo e diálogo mais ativo, no âmbito da Comissão de Avaliação, e diz que avaliará o documento, buscando contribuir.

Como desdobramento, a sra. Mariana (SGM) informa que a SGM, entre a presente reunião e a próxima – que ocorrerá em vinte e sete abril de 2023 –, sugerirá a retomada do GT Metodologia. A sra. Débora (SGM) entende que essa retomada se dará de forma que, na próxima reunião, o GT Metodologia já tenha propostas para próximos Balanços. A sra. Mariana (SGM) diz que o Núcleo de Primeira Infância permanecerá trabalhando no Termo de Referência a partir da validação de hoje, no entremeio das reuniões, e revela que ainda resta o questionamento, na SGM, quanto a melhor forma de contratação – algo a ser pensado na SGM, nos próximos passos. A sra. Mariana (SGM) comunica que o documento com o Termo de Referência será compartilhado na nuvem para comunicação entre os grupos atuantes na Comissão de Avaliação, reforçando que se mantenham diálogos por e-mail e de forma *offline* quanto à elementos que seriam importantes de estar no plano da instituição contratada e na contração. Por fim, frente à manifestação de acordo pelos presentes, a sra. Mariana (SGM) agradece a participação e reforça à sra. Maria Paula que se mantém à disposição para maiores contatos com a sociedade civil.

 Nada mais havendo a tratar, a Sra. Mariana (SGM) encerra a reunião às 11:00 horas e eu, Heloísa Salles Camargo, lavrei a presente ata, que após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos membros da Comissão presentes.

São Paulo, 26 de janeiro de 2023.